



Guia do Evento **Direito Ambiental Experience 2024**

14 painéis e 29 palestrantes



Sumário DAE 2024

Quando vai ser o Evento?	3
E onde vai ser?	4
Cronograma Dia 2 (sexta)	5
Cronograma Dia 3 (sábado)	9
Para quem é o Evento?	13
Palestrantes	14
Minicurso pré-evento	26
Onde se hospedar?	28

2024
AGOSTO

Quando vai ser o Evento?

2 — 3
SEXTA SÁBADO

-  Presencial - Florianópolis
-  Online

Nosso próximo grande encontro marcará um momento ímpar de aprendizado, networking e crescimento profissional, sendo realizado em um formato híbrido para atender às preferências e necessidades de todos os nossos participantes. Este evento único combina a conveniência do acesso online com a riqueza da interação presencial, proporcionando uma experiência completa e imersiva em todos os aspectos.

[Garantir meu ingresso](#) 

2024
AGOSTO

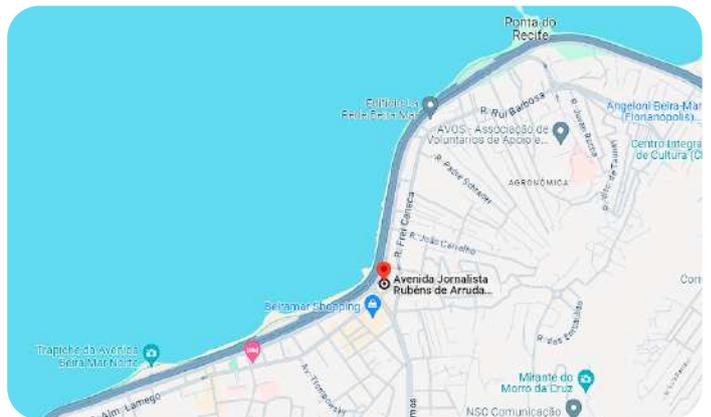
E onde vai ser?

O evento presencial vai acontecer em Florianópolis - A ilha da Magia.

MAJESTIC PALACE HOTEL



Endereço: Av. Jorn. Rubéns de Arruda Ramos, 2746 - Centro, Florianópolis - SC, 88015-702



Visualizar no Mapa



Tem alguma dúvida? Entre em contato agora mesmo com nosso suporte

Entrar em contato 

Cronograma Dia 2 (sexta)

7h00

Credenciamento

8h00

Abertura - Apresentação

8h30

O Direito Ambiental no passado, no presente e o que esperar do seu futuro

Ementa: Retrospectiva sobre o surgimento e a evolução do Direito Ambiental; extremismo ambiental, polarização das discussões e impactos no desenvolvimento econômico; insegurança jurídica, desafios e soluções; Como advogados, técnicos e servidores públicos podem contribuir para soluções equilibradas; colaboração entre o setor privado, o governo e a sociedade civil; Previsões e cenários futuros para o Direito Ambiental; casos emblemáticos;

Palestrante: Marcelo Buzaglo Dantas

Mediadores: Diovane Franco e Cláudio Farenzena

9h30

Coffee Break

10h00

Como resolver e mitigar as restrições ambientais nos centros urbanos aspectos práticos

Ementa: Aspectos práticos; principais desafios ambientais enfrentados pelos centros urbanos; áreas de preservação permanente urbanas; unidades de conservação em área urbana; legislação aplicável e atualidades legislativas; jurisprudência; desafios enfrentados por advogados e servidores públicos; a importância da fiscalização; ferramentas e técnicas para advogados ambientais na defesa de questões urbanas ambientais; desafios da urbanização e impacto ambiental; análise, desenvolvimento e implementação de políticas públicas e propostas de melhorias; estratégias de mitigação e resolução de conflitos ambientais urbanos; ferramentas e instrumentos jurídicos para solucionar litígios em centros urbanos.

Palestrantes: Mateus Stallivieri, Francisco Caruso e Pedro de Menezes Niebuhr

11h00

Regularização Fundiária Urbana – REURB como forma de solucionar passivos ambientais urbanos e evitar demolições de edificações irregulares

Ementa: Contextualização da REURB como instrumento de política urbana e ambiental; Importância da regularização fundiária urbana para a sustentabilidade das cidades; Definição e objetivos da REURB; Categorias da REURB: REURB-S (social) e REURB-E (específica); Critérios para enquadramento e procedimentos iniciais; quando é possível

2024 AGOSTO

regularizar; Competência para análise, julgamento e aprovação dos processos de REURB; Etapas do processo de regularização fundiária urbana, desde o estudo prévio até a emissão de títulos de propriedade; Documentação necessária e avaliação técnica ambiental desafios na regularização de imóveis objeto de ação civil pública demolitória pela ocupação em APP; Identificação e avaliação de passivos ambientais em áreas urbanas; Estratégias para mitigação, administração ou eliminação de risco para regularizar imóveis e edificações que estejam em área de risco; Abordagem de casos especiais: imóveis em Áreas de Preservação Permanente (APP) e áreas de risco; Desafios comuns na regularização de imóveis em situação irregular e como superá-los; Análise de casos reais de sucesso em REURB e solução de passivos ambientais urbanos; Lições aprendidas e recomendações para uma atuação eficaz; Resumo das estratégias e ações recomendadas para a regularização fundiária urbana e a resolução de passivos ambientais; O futuro da REURB e seu impacto no desenvolvimento urbano sustentável.

Palestrantes: Roberto Neves, Felipe Linhares e Michele Copetti

12h00

Almoço e Networking

14h00

Como atuar em processos administrativos sancionadores perante órgãos ambientais

Ementa: Panorama geral dos processos administrativos ambientais e a importância da atuação harmônica entre advogados e servidores públicos; compreensão da estrutura e competência dos órgãos de fiscalização; visão dos advogados, dos técnicos e do servidor; principais desafios enfrentados por servidores públicos; capacitação e atualização contínua para servidores públicos em direito ambiental; deveres e direitos dos administrados; conhecimento da legislação aplicável ao caso e ao órgão; estratégias de atuação para advogados e comunicação eficaz com órgãos ambientais; papel do servidor público na instrução e julgamento dos processos administrativos; técnicas de negociação e mediação para a resolução de conflitos ambientais; práticas de transparência e legalidade no processo decisório; vantagens e desafios na utilização de termos de compromisso como instrumento de resolução de conflitos ambientais; Boas práticas na fiscalização e aplicação da lei ambiental; A importância da empatia e da escuta ativa na resolução de conflitos.

Palestrantes: Sheila Meirelles e Claudio Soares da Silveira

Mediadora: Taline Sala Mota

15h00

Aspectos práticos do Direito Administrativo Ambiental Sancionador

Ementa: A importância do Direito Administrativo Ambiental Sancionador e o respeito aos direitos dos administrados;

2024 AGOSTO

diferenças do processo administrativo federal, estadual e municipal; legislação aplicável em cada ente da federação; pontos de atenção da fiscalização e da defesa; importância da elaboração da defesa administrativa por um profissional; estratégias de defesa; necessidade de analisar todos os argumentos da defesa; destruição de bens utilizados na prática de infração no momento da fiscalização; apreensão e devolução de bens; Tecnologias aplicadas à fiscalização e ao controle ambiental; importância da autoria ambiental e gestão de riscos para evitar infrações e passivos ambientais; Lições aprendidas e melhores práticas na gestão de conflitos ambientais; Estratégias para alcançar soluções mutualmente benéficas.

Palestrantes: Eduardo Fortunato Bim, Beatriz Campos e Felipe dos Santos

16h00

Coffee Break

16h30

Aspectos práticos do Bioma Mata Atlântica para advogados, agentes públicos e empreendedor

Ementa: A Lei da Mata Atlântica e o seu decreto regulamentador; instrumentos de gestão ambiental; resoluções do CONAMA aplicáveis à Mata Atlântica; desafios da fiscalização e da defesa; área urbana consolidada; licenciamento ambiental de obras, atividades e empreendimentos localizados no Bioma Mata Atlântica; definição da vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração; critérios para a supressão de vegetação primária e secundária nos diferentes estágios de regeneração; supressão de vegetação para conversão do solo em atividade rural; supressão de vegetação para implantar loteamento urbano e rural; Lei da Mata Atlântica X Código Florestal de 2012; Definição e delimitação de APPs e Reserva Legal no bioma Mata Atlântica; O papel da perícia técnica na comprovação de danos ao bioma; Elaboração de laudos técnicos periciais, metodologias e práticas recomendadas; Utilização de laudos em processos administrativos e judiciais; Estratégias de defesa e negociação em processos administrativos e judiciais; Técnicas de mediação aplicadas a conflitos envolvendo o bioma Mata Atlântica; A importância da atuação conjunta de advogados, técnicos, servidores públicos e a sociedade na conservação deste bioma.

Palestrantes: Fernanda de Oliveira, Guilherme Dallacosta e Amanda Rafaela Schmidt

17h30

Processo Cível Ambiental: da defesa ao ataque

Ementa: Compreensão da jurisdição e competência específicas para processos contenciosos ambientais.; quando judicializar ou deixar ser judicializado; Critérios para decidir quando entrar com uma ação ou responder a uma

2024 AGOSTO

ação proposta; estratégias para ação anulatória de auto de infração e termo de embargo; táticas para contestação contra a reconvenção em processos ambientais; estratégias de defesa em ação civil pública; como lidar com a inversão do ônus da prova em ação civil pública e concessão de liminares que prejudicam o produtor rural e empreendedor; recursos; quando e como utilizar recursos e o mandado de segurança em litígios ambientais.; a importância de jurimetria; Como a análise de dados judiciais pode influenciar a estratégia processual; honorários de sucumbência; Inversão do ônus da prova em sede de ação civil pública; análises das teses de mais utilizadas em processos cíveis pelo particular e pelo Ministério Público; como aumentar as chances de ter uma tutela de urgência deferida; planejamento estratégico para otimizar os resultados; importância do planejamento estratégico e como os precedentes podem ser utilizados para reforçar argumentos; estudo de caso

Palestrantes: Taline Sala Mota, Diovane Franco, Cláudio Farenzena e Nelson Tonon

18h30

Encerramento do primeiro dia

[Garantir meu ingresso](#) 

2024
AGOSTO

Cronograma

Dia 3 (sábado)

8h30

Como resolver problemas e passivos ambientais em imóveis rurais e nos Biomas Amazônia e Cerrado

Ementa: Panorama geral dos desafios ambientais em propriedades rurais; a importância de a propriedade rural estar em conformidade com a legislação ambiental; Implicações legais e consequências de passivos ambientais; Extensão da responsabilidade do proprietário e do adquirente por danos ambientais; Aspectos legais da responsabilidade por reparação de danos em diferentes biomas, com foco na Amazônia e no Cerrado; Como aderir ao Programa de Regularização Ambiental – PRA e os benefícios para a propriedade rural; O papel do PRODES na detecção do desmatamento e implicações para proprietários; Procedimentos para a regularização ambiental de imóveis rurais; Estratégias para a suspensão de embargos ambientais; Relevância do Cadastro Ambiental Rural – CAR e sua validação em áreas passivas de desmate; Reserva Legal nos diferentes Biomas; Áreas de Preservação Permanente – APPs; Área Rural Consolidada; Legislação e desmatamento da área excedente à Reserva Legal; Compensação da Reserva Legal com APP e regularização de áreas rurais consolidadas; Especificidades legais e ambientais para pequenas propriedades e atividades de subsistência.; Atividade de Subsistência; Procedimentos administrativos e judiciais para a resolução de conflitos e regularização.

Palestrantes: Diovane Franco, Miguel Gualberto e Alfredo Bertunes de Araújo

9h30

Coffee Break

10h00

Direito Penal e Processo Penal Ambiental

Ementa: Noções básicas e etapas do processo penal ambiental; investigação e inquérito policial: como atuar em caso de flagrantes de delito na delegacia de polícia; desafios encontrados durante a coleta de evidências em locais de difícil acesso ou em situações de flagrante delito ambiental; a importância da perícia técnica e como questioná-la; perícia oficial X laudo elaborado por agente de fiscalização; teses de defesa mais utilizadas em processos penais pelo réu; dolo, culpa, atipicidade da conduta, nexos causal e outras excludentes de ilicitude em crimes ambientais; estratégias de defesa específicas para os crimes ambientais mais comuns; estratégias para a atuação em segunda instância e em tribunais superiores; Discussão de casos reais e decisões judiciais marcantes; reflexões finais sobre a importância da defesa técnica qualificada e ética no processo penal ambiental.

Palestrante: Lucas Dantas, Wiliam Shinzato e Jonathan Silva Guariroba

2024
AGOSTO

11h00

Consultivo e Processos de Licenciamento Ambiental

Ementa: Competência do licenciamento ambiental; Estrutura do sistema de licenciamento ambiental, órgãos envolvidos, tipos de licenças e processos aplicáveis; etapas do processo de licenciamento; atividades sujeitas ao licenciamento ambiental; licenciamento ambiental de atividades rurais; Estratégias para a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA); renovação da licença ambiental; negociação e cumprimento das condicionantes ambientais; penalidades para o não cumprimento das condições estabelecidas na licença ambiental; o papel do consultivo na minimização de riscos e na antecipação de obstáculos regulatórios; estratégias para otimizar resultados na consultoria ambiental, incluindo a comunicação eficaz com órgãos reguladores e partes interessadas; estratégias de negociação e resolução de conflitos em processos de licenciamento; dicas para agilizar o processo de licenciamento sem comprometer a qualidade dos estudos ambientais; a importância da fiscalização ambiental.

Palestrantes: Emerilson Emerin e Eduardo Fortunato Bim
Mediadora: Nelson Tonon

12h00

Almoço e Networking

14h00

A importância do laudo técnico para a fiscalização e a contratação de assistente técnico ou perito particular pela defesa

Ementa: Fundamentos e objetivos da fiscalização ambiental. A importância do Laudo Técnico como substrato das sanções administrativas. Equidade, Razoabilidade e Proporcionalidade dos atos administrativos. Responsabilidade Legal dos Agentes de Fiscalização Ambiental. Defesas e Recursos baseados em Laudos Técnicos. O papel das Câmaras Técnicas Ambientais. Produção de provas e novas tecnologias disponíveis em sede de fiscalização ambiental. Urgência em Melhorias na Administração Ambiental Brasileira. Qualificação Técnica Especializada e Segurança Jurídica. Caso concreto. A elaboração de laudos técnicos por órgãos ambientais: metodologia, critérios e validade legal; Quando e por que contratar um assistente técnico ou perito particular; Critérios para escolha de profissionais qualificados; O papel do laudo técnico particular na contestação de fiscalizações e sanções; Ética profissional e responsabilidades na elaboração de laudos técnicos; crime ambiental cometido por técnicos em razão da omissão ou falsidade de informações lançadas em laudo técnico; Melhores práticas para garantir a objetividade e imparcialidade dos laudos; Utilização de laudos na resolução de conflitos e na tomada de decisão ambiental; Análise de casos reais onde laudos técnicos foram decisivos em processos de fiscalização e defesa ambiental.

Palestrantes: Rodrigo Sato e Adriana Tinoco
Mediadora: Nelson Tonon

Tem alguma dúvida? Entre em contato
agora mesmo com nosso suporte

Entrar em contato 

2024 AGOSTO

15h00

Execução Fiscal de Multa Ambiental

Ementa: Visão geral e aspectos práticos sobre o processo de execução fiscal ambiental; a importância de elaborar a defesa com base na análise minuciosa do processo administrativo que originou a CDA; fases da execução fiscal; meios de defesa do executado; estratégias de defesa e teses mais efetivas utilizadas para defender o executado; artigos relevantes da Lei de Execução Fiscal aplicáveis à execução de multas ambientais; conexão e prevenção; redirecionamento da execução para herdeiros ou sócios da pessoa jurídicas executada; desconsideração da personalidade jurídica; prescrição para propor a execução fiscal e prescrição intercorrente no curso da execução; honorários advocatícios; discussão de casos reais e aplicação das estratégias de defesa; análise de decisões judiciais relevantes e suas implicações práticas; reflexão sobre a importância da defesa técnica qualificada na execução fiscal de multas ambientais.

Palestrantes: Diovane Franco e Chaylon Liviera
Mediador: Cláudio Farenzena

16h00

Coffee Break

16h30

O acesso das Causas Ambientais nos Tribunais Superiores

Ementa: Panorama geral do direito ambiental nos Tribunais Superiores; importância da jurisprudência e súmulas para a atuação jurídica ambiental; revisão de decisões emblemáticas e súmulas dos Tribunais Superiores em matéria ambiental; impacto da repercussão geral e dos precedentes qualificados no direito ambiental; observância dos precedentes pelos entes da Administração Pública e agentes de fiscalização; o impacto da relevância da questão federal no direito ambiental; como utilizar a jurisprudência dos Tribunais Superiores na defesa de interesses em processos ambientais; casos emblemáticos e suas implicações práticas nos processos de matéria ambiental; discussão sobre a importância de estar atualizado com as decisões dos Tribunais Superiores; estratégias para monitoramento e análise da jurisprudência ambiental; o que esperar do direito ambiental para o próximo ano.

Palestrantes: Giovanni Fialho
Mediador: Cláudio Farenzena e Chaylon Liviera

17h30

As principais teses de defesa para processos administrativos, cíveis, criminais e execuções fiscais de multa ambiental

Ementa: Panorama geral dos desafios jurídicos em matéria ambiental; Contextualização do direito ambiental brasileiro e a importância da defesa técnica especializada; A importância do profissional qualificado para atuar em processos de natureza ambiental; como elaborar uma boa estratégia de defesa e como saber quando usá-la; repercussão das teses de defesa em outras esferas; principais teses de defesa:

2024 AGOSTO

vícios nos elementos do ato administrativo; violação aos princípios do devido processo legal, contraditório; ampla de defesa, da motivação, da razoabilidade, da proporcionalidade, razoável duração do processo; intimação do autuado por edital; ausência de responsabilidade; atipicidade da conduta; desmatamento para subsistência; ausência de laudo pericial; descabimento ao pagamento de indenização por dano moral coletivo e material em caso de dano ambiental; inversão do ônus da prova; prescrição; redução do valor da multa ambiental; regularização de animais silvestres; análise de biomassa vegetal através da técnica do NDVI - Índice de Vegetação da Diferença Normalizada; a importância de uma abordagem multidisciplinar na formulação de estratégias; s importância da jurimetria na elaboração de teses de defesa; Como a análise de precedentes pode otimizar os resultados em defesas ambientais; Discussão de casos práticos e análise das estratégias de defesa utilizadas; Análise de jurisprudência recente e impactos para a prática jurídica.

Palestrantes: Cláudio Farenzena, Diovane Franco e Nelson Tonon

18h30

Palestra de Encerramento: Tema Surpresa
Palestrante: Convidado Especial

19h00

Happy Hour

[Garantir meu ingresso](#) 

Obs: A ementa das palestras pode ser alterada pelos palestrantes.

Tem alguma dúvida? Entre em contato
agora mesmo com nosso suporte

[Entrar em contato](#) 

2024
AGOSTO

Para quem é o Evento?



Multidisciplinaridade Ambiental

Ideal para advogados, servidores, analistas, biólogos, técnicos, engenheiros, gestores, consultores, estudantes e demais profissionais.



Aprofundamento em Direito Ambiental

Para especialistas buscando dominar o direito administrativo, cível, penal, execução fiscal e consultoria ambiental.



Atualizações Jurídicas Ambientais

Para quem visa estar atualizado sobre as últimas legislações e decisões judiciais em Direito Ambiental.



Eficiência em Processos Ambientais

Para profissionais que desejam agir com segurança e eficácia nos desafios ambientais.



Conexões na Área

Para aqueles que buscam acesso a palestrantes renomados e oportunidades de networking com líderes da área de Direito Ambiental.



Preparação para o Mercado

Para estudantes e recém-formados em busca de atualização e preparação para o competitivo mercado de trabalho em Direito Ambiental.



Competências Ambientais

Para profissionais que desejam iniciar ou ampliar suas competências no contencioso ambiental.

[Garantir meu ingresso](#) 

2024
AGOSTO

Palestrantes Confirmados



Cláudio Farezena

Advogado especialista em Direito Ambiental pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, e Presidente do Instituto de Direito Ambiental – IDAM. É sócio-fundador do escritório Farezena & Franco Advocacia Ambiental, dedicado exclusivamente em defender pessoas físicas e jurídicas acusadas de infrações contra o meio ambiente, nas esferas administrativa, cível e penal. Na esfera administrativa, atua elaborando defesas e recursos administrativos contra autos de infração ambiental, desenvolvendo e aprimorando teses de defesa; revogação e anulação de termos de embargo de áreas, obras e atividades; realiza audiência de conciliação ambiental, além de prestar assessoria e consultoria em termos de compromisso ambiental e de licenciamento ambiental. Na esfera cível, é responsável pelas sustentações orais perante os Tribunais; elaboração de contestação contra ação civil pública de reparação de dano ambiental; ações anulatórias de autos de infração ambiental; defesa em processos de execução fiscal de multa ambiental, elaborando e aprimorando teses de defesa em embargos à execução e exceção de pré-executividade visando a extinção da execução; e dentre outras atividades, destaca-se a atuação em processos judiciais no Supremo Tribunal Federal – STF. e Superior Tribunal de Justiça – STJ. Na esfera penal, elabora defesas e recursos em ações penais por crime ambiental; habeas corpus, inclusive para trancamento de ação penal; realiza audiências de transação penal, de acordos de não persecução penal, de suspensão condicional do processo; além de acompanhar inquéritos policiais e interrogatórios.



Nelson Tonon

Advogado especializado na solução de questões jurídicas ambientais, com experiência de atuação consultiva e contenciosa em todas as macrorregiões do Brasil, inclusive no Estado de São Paulo. Possui vasta experiência em processos de licenciamento ambiental, desde a elaboração de pareceres à consultoria e assessoria ambiental para obtenção de licenças ambientais. É graduado e mestrando em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, pós-graduado em Direito Processual Civil pelo Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina – CESUSC e pós-graduado em Direito Ambiental e Gestão Estratégica da Sustentabilidade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

2024 AGOSTO



Diovane Franco

Advogado atuante em Direito Ambiental, graduado pela Universidade Católica Dom Bosco, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Faculdades de Ciências Gerenciais e Jurídicas de Sinop. Também é pós-graduado em Direito Administrativo, com ênfase em controle da administração pública em prol dos particulares, aplicando seu conhecimento sobre Direito Administrativo na defesa de produtores rurais em questões ambientais. Também possui grande experiência em Direito Tributário. Deixou a carreira de servidor público na Justiça Federal (TRF-1 e TRF-3) para se dedicar exclusivamente à Advocacia Ambiental. É sócio-fundador do escritório Farenzena & Franco Advocacia Ambiental, dedicado exclusivamente à defesa de pessoas físicas e jurídicas acusadas de infrações contra o meio ambiente, nas esferas administrativa, cível e penal. Atua pujantemente em execuções fiscais de cobrança de multa decorrente de processo administrativo ambiental, elaborando e desenvolvendo embargos à execução, exceção de pré-executividade, bem como eventual ação anulatória ou declaratória visando à extinção de improcedência de execuções fiscais. É especialista em elaboração de defesas e recursos administrativos para cancelar autos de infração ambiental e sua respectiva multa, bem como termos de embargo ambiental, com maior ênfase nas infrações ambientais de desmatamento na Floresta Amazônica.



Taline Sala Mota

Advogada atuante no Direito Ambiental do Agronegócio, Tributário e Administrativo, graduada pela Faculdade de Sinop (FASIP), com pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal também pela Faculdade de Sinop (FASIP). Foi Assessora na 1ª Vara Criminal da Comarca de Sinop/MT e Oficial de Gabinete na 2ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Sinop/MT. É coordenadora do setor de Direito Administrativo e Cível Ambiental no Escritório Farenzena & Franco Advocacia.

2024 AGOSTO



Marcelo Buzaglo Dantas

Advogado e consultor jurídico na área ambiental; Graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC (1996). Especialista em Direito Processual Civil pela PUC-PR (2004) e Mestre (2007) e Doutor (2012) em Direitos Difusos e Coletivos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Visiting Scholar do Environmental Law Program da Pace Law School (White Plains/NY), de janeiro a abril de 2012, tendo sido Bolsista do PDSE da CAPES no período. Scholar in Residence de Global Environmental Constitutionalism Program da Widener University Delaware Law School (2015). Pós-Doutor (2014-2017) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí. Ex-Presidente da Comissão do Meio Ambiente da OAB/SC (2007-2009 e 2010-2012), membro da Comissão Nacional de Direito Ambiental do Conselho Federal da OAB, da Comissão Permanente de Direito Ambiental do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Instituto dos Advogados de Santa Catarina - IASC e do Comitê de Direito Ambiental do Centro de Estudos sobre Sociedades de Advogados, Seccional de Santa Catarina - CESA/SC. É, ainda, Docente Permanente dos Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado da UNIVALI e Professor do Curso de Especialização em Direito Ambiental da PUC- SP. Coordenador do Curso de Especialização em Direito Ambiental e Urbanístico do Complexo do Ensino Superior de Santa Catarina - CESUSC. Professor Visitante dos Cursos de Mestrado e Doutorado do Instituto Universitario del Agua y de las Ciencias Ambientales da Universidad de Alicante e da Widener University Delaware Law School. É autor e coordenador de quase trinta obras na área do Direito Ambiental, tendo ainda publicado mais de cem artigos em livros e revistas especializadas, no Brasil e no exterior. Membro do Conselho Editorial da Revista Veredas do Direito, bem como da Revista de Direito do CONSINTER, Revista Sequência, Revista Direito Ambiental e Sociedade, Revista Culturas Jurídicas, Revista Direito em Movimento, além do Corpo de Avaliadores da Revista Novos Estudos Jurídicos (NEJ), da Revista de Direito Administrativo (RDA - FGV), da Revista de Direito Econômico e Socioambiental e do Cadastro Nacional e Internacional de Avaliadores do Conselho de Pós-Graduação em Direito. Diretor Administrativo e Financeiro do Centro de Estudos de Sociedades de Advogados (CESA), Seccional de Santa Catarina. Nos anos de 2007 a 2020, foi indicado pela Revista Análise Advocacia, dentre "Os Mais Admirados do Direito", na categoria "Ambiental". De 2013 a 2020, figurou entre os indicados das publicações britânicas "Who's Who Legal - Environment" e "Who's Who Legal - Brazil". Membro do Grupo de Pesquisa vinculado ao CNPq "GOVERNANÇA, CONSTITUCIONALISMO, TRANSNACIONALIDADE E SUSTENTABILIDADE" da Universidade do Vale do Itajaí.

2024 AGOSTO



Adriana Tinoco Vieira

Mestre em Engenharia Urbana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro– UFRJ; Pós-Graduada em Meio Ambiente pela COPPE/UFRJ; Diretora da Área de Meio Ambiente na Associação Brasileira de Direito Marítimo – ABDM; Professora Titular da Disciplina de Direito Ambiental dos Cursos de (i) Pós-Graduação e de (ii) Mestrado em Petróleo e Gás na Universidade Agostinho Neto – Luanda/Angola; Professora da Disciplina de Direito Ambiental e Urbano do Curso de Pós-Graduação em Engenharia Urbana na Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professora da Disciplina de Direito Ambiental dos Cursos de Pós-Graduação em (i) Direito Marítimo e (ii) Shipping na Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Imapor; Consultora Jurídica para assuntos relativos à Convenção de Estocolmo na United Nations Development Program – PNUD; Foi Professora da Disciplina de Direito Ambiental do Curso de Pós-Graduação em Direito Marítimo na Universidade Católica de Santos – UNISANTOS; foi Professora da Disciplina de Direito Ambiental do Curso de Pós-Graduação em Petróleo e da Disciplina de Direito Ambiental do Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente; Foi Professora da Disciplina de Direito Ambiental do Curso de Pós-Graduação em Direito da Economia e da Empresa na Fundação Getúlio Vargas – FGV; Foi Professora do Curso de Legislação Ambiental para não Advogados; Foi Vice-Chairman do Comitê de Meio Ambiente na American Chamber of Commerce – AMCHAM; Palestrante convidada na Environmental Protection Agency – EPA, na Environmental Law Institute – ELI, no Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF e no Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás – IBP



Guilherme Dallacosta

Advogado, graduado no ano de 2003 na Universidade Federal de Santa Catarina. Secretário-Adjunto do Meio Ambiente e da Economia Verde do Estado de Santa Catarina. É pós-graduado lato sensu em Direito do Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Campina Grande/PB (UFCG), curso oferecido pela Agência Nacional de Águas (ANA) e a Associação Brasileira de Engenharia Agrícola Superior (ABEAS). Pós-Graduado em Direito Ambiental e Urbanístico pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Pós-Graduando em Compliance e Integridade Corporativa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG).

2024 AGOSTO



Lucas Dantas Evaristo de Souza

Advogado e consultor jurídico na área ambiental. Bacharel em Direito pelo Complexo de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina (CESUSC). Especialista em Direito e Gestão Ambiental pelo Complexo de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina (CESUSC). Especialista em Ciências Criminais pelo Complexo de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina (CESUSC). Atual Secretário-Geral da Comissão de Meio Ambiente da OAB/SC e Membro da Comissão de Direito Ambiental do CESA/SC. Professor de Pós-Graduação no Complexo de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina (CESUSC). Foi Membro da Comissão de Meio Ambiente da OAB/SC no triênio 2010-2012. Indicado e nomeado para a Superintendência do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em Santa Catarina em 2019. Indicado como advogado ambiental mais admirado de Santa Catarina pela revista "Análise Advogacia 500" em 2016. Em 2020 e 2021, figurou no ranking dos profissionais destacados em Energy & Environmental Law pelo periódico internacional Leaders League ? Brasil. Sócio do escritório Buzaglo Dantas Advogados.)



Michele Copetti

Advogada inscrita na OAB/SC sob o nº 18.182, Doutora em Direito pela Universidade de Valencia (UV/ES) e mestre em Direito, Área de Relações Internacionais, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e especialista em Direito e Gestão de Empresas pela Universidade Federal de Santa Catarina (FUNJAB/UFSC). Membro da Comissão de Arbitragem e da Comissão de Inovação, Propriedade Intelectual e Combate à Pirataria da Ordem dos Advogados de Santa Catarina (OAB/SC) do Conselho Editorial da Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC), parecerista/avaliadora na Revista Justiça do Direito (UFPF) e na Revista Brasileira de Políticas Públicas (UnICEUB) e perita judicial).

2024
AGOSTO



Felipe Neves Linhares

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com pesquisa desenvolvida na área do Planejamento Urbano. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com pesquisa desenvolvida na área do Direito Ambiental e Administrativo. Pós-graduado com o título de Especialista Acadêmico em Direito Público pelo Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina - CESUSC. Pós-graduado com o título de Especialista Acadêmico em Direito Processual Civil pelo Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina - CESUSC. Pós-graduado pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina - ESMESC. Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Advogado e Procurador do Município de Palhoça/SC, com atuação exclusiva na área do Direito Ambiental, Urbanístico e Administrativo. Membro da 3ª Câmara Recursal do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA/SC. Conselheiro Titular da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC, Subseção Palhoça/SC. Foi Professor Substituto da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, onde lecionou Instituições de Direito Público. Foi Professor do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina - CESUSC, onde lecionou Direito Ambiental e Ecologia. Foi Membro da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC entre 2006 e 2012, representando a entidade na Câmara Técnica para Assuntos Agro-Florestais do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA/SC. Foi Membro e Vice-Presidente da Comissão de Direito Urbanístico da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC entre 2016 e 2019. Foi Subprocurador Geral do Município de Palhoça no ano de 2011 e Procurador Geral do mesmo Município no ano de 2013.



Chaylon Liviera

Bacharel em Direito Pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, janeiro de 2011. Assessor Jurídico do Desembargador Jaime Ramos, no Tribunal de Justiça de Santa Catarina – 4ª Câmara de Direito Público, de junho de 2011 até julho de 2016, com atuação nos processos Tributários e de Restituição de Créditos Tributários, Execuções Fiscais, Mandados de Segurança e Defesas de Autuações. Assessor Especial do 3ª Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, de 9 de julho de 2016 até janeiro de 2017, com atuação na admissibilidade dos Recursos Especiais e Extraordinários destinados ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal; Sócio do Escritório de Advocacia Cassol e Liviera desde 2018. Sócio do Escritório Freitas Cassol Advocacia desde 10/2021.

2024
AGOSTO



Francisco Caruso Gomes Junior

Possui graduação em Geologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1978), mestrado em Geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989) e doutorado em Geociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995). Além destes títulos, possui dois pós-doutorados, sendo um em Geologia (Universidade Federal do Rio de Janeiro), e outro em engenharia de produção (Universidade Federal de Santa Catarina). Atualmente exerce o cargo de diretor da CARUSO JR. Estudos Ambientais & Engenharia Ltda., empresa que presta serviços e consultoria na área ambiental. Tem experiência na área, atuando principalmente nos seguintes temas: Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), Licenciamentos Ambientais, Levantamentos Hidrográficos e Batimétricos, com ênfase em empreendimentos industriais, minerários, turísticos e portuários (portos, marinas e estaleiros).



Roberto Neves

Advogado inscrito na OAB/SC sob o 43.598, Bacharel em Ciências Jurídicas pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Pós Graduado em Gestão de Tributos e Planejamento Estratégico Tributário pela PUC/RS, Pós Graduado em Direito Público pela Escola Superior da Magistratura Federal – ESMAFE/RS, Pós Graduado em Direito e Negócios Imobiliários pelo CESUSC, Pós Graduado em Direito Ambiental e Urbanístico pelo CESUSC, Membro do Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário – IBRADIM, Membro da Comissão Estadual de Direito Imobiliário da OAB/SC, Membro da Comissão Estadual de Direito Notarial e Registros Públicos da OAB/SC, Membro da Comissão Estadual de Regularização Fundiária da OAB/SC, Membro da Comissão Municipal de Direito Imobiliário da OAB/SC – Subseção São José/SC, Coordenador da Subcomissão Estadual de Regularização Fundiária Urbana – REURB da OAB/SC, Nomeado pela Corregedoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina para, em representação a OAB/SC, integrar o grupo responsável pela edição do Provimento nº 46 da CGJ TJSC que adicionou ao Código de Normas do Estado de Santa Catarina o Capítulo X-A referente a Regularização Fundiária Urbana – REURB, Sócio fundador e Diretor Geral da empresa de Regularização Fundiária PROREURB.

2024 AGOSTO



Miguel Gualberto

Advogado, ex-Superintendente do Inkra e especialista em Direito Ambiental. Mestre em Direitos Fundamentais na linha de pesquisa Agroambiental. Pós-graduando em Direito Agroambiental pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA). Pós-graduado em Direito Ambiental pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA). Foi Presidente da Comissão de Direito Agrário e Agronegócio da OAB-PA. Expert em Regularização Fundiária pelo Curso Agroambiental. Membro da Comissão Nacional de Direito Agrário da Associação Brasileira de Advogados. Membro titular da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das questões ligadas à Grilagem, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Graduado em Direito pela Faculdade Estácio FAP do Pará. Advogado no ramo do Direito Agroambiental e Agronegócio).



Beatriz Campos Kowalski

Advogada na área do Direito Ambiental. Foi Superintendente da Fundação de Meio Ambiente de Florianópolis – FLORAM. Graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Administradora pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Pós Graduada em Direito Processual Civil, com ênfase no Novo Código de Processo Civil, pela Faculdade CESUSC. Membro da Comissão de Direito Urbanístico (2016-2021). Membro da Comissão de Direito Urbanístico (2017-2018).



Eduardo Fortunato Bim

Doutor em direito do Estado na USP, Mestre em direito e especialista em direito ambiental pela Unimep e Especialista em direito tributário (PUC-SP). Membro da Advocacia-Geral da União (AGU), Procurador Federal. Ex-Presidente do Ibama. Ex-Subprocurador da Procuradoria Federal Especializada do Ibama (Sede). Ex-membro da Câmara Nacional de Uniformização de Entendimentos Consultivos (CNU/CGU) e da Comissão Permanente de Sustentabilidade (CPS), Ex-assessor da Secretaria de Assuntos Jurídicos do Município de Campinas.

2024 AGOSTO



Felipe dos Santos Joseph

Doutorando em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Mestre em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (pesquisa sobre as sanções administrativas). Graduado em Segurança Pública pela Universidade Estadual da Paraíba; Bacharel em Direito pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP (2017). Pós-graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade Cruzeiro do Sul - São Paulo; Pós-graduado em Direito Penal e Processo penal pela Escola de Direito do Ministério Público de Mato Grosso do Sul/EDAMP. Aluno especial do programa de mestrado em Direito da UFMS (Direitos Fundamentais, políticas públicas e sustentabilidade - 2019). Membro pesquisador do NUPESP (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Docente e autor de material didático de Processo Penal para cursos de formação policial.



Sheila Meirelles

Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA/SC; Graduada em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC (2008). Especialização em Direito Público, com ênfase em gestão de pessoas. Especializada em Direito Ambiental e Urbanístico na Faculdade Cesusc; Foi Assessora Jurídica (Procuradora) da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis – FLORAM e do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA/SC).



Emerilson Emerin

Graduado em Biologia, Mestre em Gestão da Qualidade Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina e MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas. Diretor Técnico da empresa Ambiens Consultoria e Projetos Ambientais Ltda., onde atua principalmente em prestação de serviços de consultoria técnica na elaboração de estudos de avaliação de impacto ambiental e assistência técnica em processos de licenciamento ambiental. Atuou como Diretor de Recursos Naturais e Gestão Ambiental pelo Governo de Santa Catarina em projetos relacionados a unidades de conservação, recuperação de áreas degradadas, gerenciamento costeiro e educação ambiental.

2024 AGOSTO



Giovanni Fialho

Mestrando (aluno especial) em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília. Especialista em Finanças pela PUC/RS (2020). Especialista em Direito Processual Civil pelo Centro Universitário de Brasília (2010). Atualmente é sócio e professor da empresa Advogado Superior. Analista judiciário - área judiciária do Superior Tribunal de Justiça (Assessoria de Ministros). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: Processo Civil - Recursos - Superior Tribunal de Justiça.



Mateus Stallivieri da Costa

Advogado no escritório Sion Advogados. Doutorando na linha Direito dos Negócios e Desenvolvimento Econômico e Social do PPGD da FGV-SP (2022-). Doutorando na linha de Direito Internacional e Sustentabilidade pelo PPGD da Universidade Federal de Santa Catarina (2022-). Mestre em Direito Ecológico e Direitos Humanos pelo PPGD da Universidade Federal de Santa Catarina (2018-2020). Pós Graduado em Direito e Negócios Imobiliários pela Faculdade IBMEC São Paulo (2018-2019). Pós Graduado em Direito Ambiental pela Faculdade IBMEC São Paulo (2020-2021). Membro da Câmara Técnica de Licenciamento Ambiental do CONSEMA (2018-2020). Secretário (2019-2020) e membro da Comissão de Desenvolvimento e Infraestrutura da OAB/SC (2019-).



Pedro de Menezes Niebuhr

Professor dos Programas de Graduação e Pós-Graduação em Direito da UFSC, onde leciona, pesquisa e orienta nas áreas de Direito Administrativo, Direito Ambiental e Direito Urbanístico. Doutor em Direito pela PUC/RS, com doutorado sanduíche (CAPES) na ULisboa. Mestre e graduado em Direito pela UFSC. Coordenador do Grupo de Estudos em Direito Público (GEDIP) da UFSC. Membro fundador e Vice-Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (IDASC). Autor dos livros "Processo administrativo ambiental" (3ª ed), "Manual das Áreas de Preservação Permanente", "Licitações e contratos das Estatais", "Parcerias Público-Privadas", "O princípio da competitividade nas licitações públicas". Organizador dos livros "Leading cases ambientais analisados pela doutrina" e "O combate preventivo da corrupção no Brasil". Ex-Conselheiro do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina e ex-Presidente da Comissão de Direito Urbanístico da OAB/SC.

2024 AGOSTO



William Shinzato

Advogado criminalista há 14 anos. Especialista em Direito Penal Econômico pela PUC/PR. Mestrando em Direito pela UNESC. Presidente da Comissão de Assuntos Prisionais da OAB/SC. Ex Presidente da Comissão de Investigação Defensiva e Justiça Penal Negociada da OAB/SC. Integrante do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Membro da AACRIMESC.



Amanda Rafaela Schmidt

CEO da AS Soluções Ambientais e Engenharia. Engenheira ambiental, com mais de 15 anos de experiência em consultoria ambiental. Professora do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Direito Ambiental e Urbanístico do CESUSC na disciplina. Recursos Hídricos. Conselheira do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA, representando a FIESC. Mérito acadêmico do curso de Engenharia Ambiental da UDESC, com premiação do CREA e CRQ.



Jonathan Silva Guariroba

Advogado Criminalista. Conselheiro representante da OAB/SC no Conselho da Comunidade na Execução Penal de Florianópolis/SC. Membro Consultivo da Comissão Estadual de Assuntos Prisionais da OAB/SC. Pós-graduando em Ciências Criminais pela Faculdade CESUSC. Possui diversos cursos de especialização atrelados ao Direito Penal e Direito Processual Penal, dentre eles o da Escola Superior da Advocacia – ESA NACIONAL e Escola de Criminalistas.



Alfredo Bertunes de Araújo

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Pós-Graduado em Direito Ambiental com Ênfase em Agronegócio pela Faculdade CERS. Advogado atuante no Direito Ambiental há mais de 10 anos, sobretudo na região da Transamazônica.

2024 AGOSTO



Rodrigo Del Olmo Sato

Graduado em Geologia pela Universidade Federal do Paraná e Mestre em Geociências (Recursos Minerais e Hidrogeologia) pela Universidade de São Paulo. Experiência na área de Geociências, com ênfase em Recursos Hídricos na subárea de Hidrogeologia, geologia na subárea de Geotecnia e Meio Ambiente com grande destaque em projetos de licenciamentos ambientais, coordenação de projetos e gestão de projetos.



Claudio Soares da Silveira

Advogado (UNISUL). Especialista em Direito Ambiental (CESUSC). Engenheiro Sanitarista Ambiental (UFSC). Mestre em Engenharia Ambiental (UFSC). Técnico em Edificações (ETFSC). Servidor Público aposentado da Prefeitura Municipal de Florianópolis / Fundação Municipal do Meio Ambiente – FLORAM. Membro da Câmara Técnica de Licenciamento Ambiental do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA. Membro da Comissão de Meio Ambiente da OAB/SC. Consultor Ambiental. Professor de Pós-graduação no CESUSC. Atualmente Coordenador da Procuradoria Jurídica do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA.



Fernanda de Oliveira Crippa

Advogada na área do Direito Ambiental. Bacharel em Direito pelo Complexo de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina. Especialista em Processo Civil pelo Complexo de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina. Especialista em Direito Ambiental e Urbanístico pelo Complexo de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina. Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí – Univali, em dupla titulação com a General Master of Laws (LLM) da Widener University – Delaware Law School. Membro da Comissão de Direito Urbanístico da OAB/SC no triênio 2016-2018. Membro da Comissão de Meio Ambiente da OAB/SC. Membro da Comissão de Direito Ambiental do CESA/SC. Professora convidada do curso de especialização em Direito Ambiental-Urbanístico do Complexo de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina (CESUSC).



Convidado Especial Surpresa

Tem alguma dúvida? Entre em contato
agora mesmo com nosso suporte

Entrar em contato 

Minicurso pré-evento

O QUE VOCÊ TERÁ ACESSO ANTES DO EVENTO COMEÇAR:

Aula 1 - Conhecimentos gerais sobre Direito Ambiental - Nelson

- Introdução ao Direito Ambiental: Definição, história e importância
- Evolução histórica e marcos regulatórios nacionais e internacionais
- Direito Ambiental no Brasil
- Política Nacional do Meio Ambiente - Lei 6.938/81
- Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e competências ambientais
- Meio ambiente na Constituição da República de 1988
- Competência material (art. 23, VI e VII)
- Competência legislativa

Aula 2 - Legislação Ambiental e dicas práticas - Cláudio

- Art. 225 da Constituição Federal
- Lei Complementar 140/2011
- Lei 9.605/1998
- Decreto 6.514/2008
- Lei 6.938/1981
- Lei 12.651/12
- Lei 11.428/2006
- Lei 9.784/1999
- Lei 9.873/1999
- Lei 9.985/00 - SNUC
- Decreto 20.910/32
- Código Penal
- Código de Processo Civil
- Código Tributário Nacional
- Instrução Normativa 19 de 02 de junho de 2023
- Legislação estadual e municipal

Aula 3 - Princípios aplicáveis ao Direito Ambiental - Nelson

- Noções básicas sobre os princípios
- Princípio da prevenção
- Princípio do usuário-pagador
- Princípio do poluidor-pagador
- Princípio da função socioambiental da propriedade privada
- Princípio do não retrocesso ambiental

Aula 4 - Tríplex responsabilidade ambiental - Diovane

- Responsabilidade civil: casos práticos e teorias da responsabilidade
- Responsabilidade administrativa: procedimentos administrativos e defesa
- Responsabilidade penal: crimes ambientais e defesa penal

- Poder de Polícia
- Inter-relações entre as responsabilidades: como elas se complementam
- Estudos de caso: análise de casos emblemáticos

Aula 5 - Sanções administrativas e medidas cautelares - Nelson

- Tipos de sanções administrativas: multas, suspensões e outras penalidades
- Medidas cautelares no âmbito ambiental: conceito e aplicação
- Procedimento para aplicação de sanções e medidas cautelares: passo a passo
- Defesa contra sanções e medidas cautelares: estratégias eficazes
- Análise de jurisprudência relevante: entendendo precedentes importantes

Aula 6 - O processo administrativo ambiental - Nelson

- Introdução ao processo administrativo ambiental: visão geral e importância
- Auto de Infração Ambiental e seus requisitos
- Estrutura dos Órgãos Fiscalizadores
- Autoridade competente para lavratura do auto de infração
- Infração administrativa permanente e instantânea de efeitos permanentes
- Responsabilidade administrativa subjetiva
- Competência para julgar e aplicar as penalidades
- Dicas para uma atuação efetiva no processo administrativo: melhores práticas

Aula 7 - Fases do processo administrativo ambiental - Nelson

- Introdução ao processo administrativo ambiental: visão geral e importância
- Direito e deveres do autuado
- Prazos processuais
- Fiscalização ambiental e lavratura do auto de infração
- Medidas acautelatórias
- Indicação de sanções - Agravantes e atenuantes
- Etapas do processo administrativo ambiental: da autuação ao julgamento

Aula 8 - Prescrição no processo administrativo - Cláudio

- O que é prescrição
- Espécies, prazos e interrupção de prescrição
- Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita

antes da lavratura do auto de infração

- Prescrição intercorrente trienal no processo administrativo
- Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita no curso do processo administrativo
- Prescrição da pena de multa
- Causas interruptivas da prescrição
- Estados e Municípios que não preveem a incidência da prescrição
- Nulidade processual não interrompe a prescrição

Aula 9 - Direito penal ambiental - Cláudio

- O que é e como ocorre a responsabilidade penal ambiental
- Responsabilidade penal das pessoas físicas
- Responsabilidade penal das pessoas jurídicas e dos sócios
- Consequências legais
- Crimes ambientais em espécie
- Sanções aplicadas às pessoas físicas e jurídicas
- Prescrição dos crimes ambientais
- Diferença entre crimes permanentes e crimes instantâneos de efeitos permanentes
- O que é norma penal em branco ou aberto
- Princípio da consunção
- Entendendo a prescrição penal
- Metodologia para determinação dos prazos prescricionais
- Aplicação, imposição e gradação da pena
- Sentença absolutória repercute nas demais esferas

Aula 10 - Ritos no processo penal e competência - Cláudio

- O que são ritos no processo penal
- Rito ordinário e procedimento
- Rito sumário e procedimento
- Rito sumaríssimo e procedimento
- Critério de definição de ritos
- Competência para processar e julgar crimes ambientais

Aula 11 - Acordos cabíveis no processo penal - Cláudio

- Transação penal
- Suspensão condicional do processo
- Acordo de não persecução penal – ANPP
- Quando firmar ou não um acordo no processo penal

Aula 12 - Responsabilidade civil por danos ao meio ambiente - Nelson

- O que é responsabilidade civil
- O que diz a lei 6938/81
- Quando se configura a responsabilidade civil ambiental
- Obrigação propter rem e solidária por danos ambientais
- Diferença entre responsabilidade objetiva e subjetiva
- Dano moral coletivo e material ambiental
- Inversão do ônus da prova no processo civil

- Entendimento dos Tribunais sobre a responsabilidade civil ambiental

Aula 13 - O básico sobre processo civil no campo do direito ambiental - Diovane

- Noções introdutórias do Código de Processo Civil
- Jurisdição e competência
- Ritos processuais no processo civil
- Tutela antecipada

Aula 14 – Entendendo a Execução Fiscal de Multa Ambiental - Diovane

- Introdução ao Processo de Execução Fiscal
- Etapas do processo de execução
- Meios de defesa do executado
- Embargos à Execução Fiscal
- Exceção de pré-executividade
- Ação anulatória da dívida no curso da execução fiscal
- Recurso no processo judicial de execução fiscal
- Honorários advocatícios
- Prescrição executória
- Prescrição intercorrente na execução fiscal
- Causas interruptivas da prescrição na execução fiscal

Aula 15 – Embargo Ambiental - Diovane

- Introdução ao embargo ambiental
- Área rural consolidada
- Atividade de subsistência
- Pequena propriedade rural
- Suspensão do termo de embargo ambiental de áreas desmatadas
- Prescrição do termo de embargo

Aula 16 – Precificação: saiba como e quanto cobrar por seus serviços jurídicos - Diovane

- Como e onde atuar com Direito Ambiental
- Quais são os serviços que um profissional da área ambiental pode oferecer
- Por que é importante saber precificar os seus serviços jurídicos
- Quais são os tipos de precificação de honorários advocatícios
- Como precificar serviços jurídicos
- Como precificar laudos e pareceres técnicos
- Dicas para precificar os serviços jurídicos

Aula 17 – Pacote de documentos essenciais para advogados - Cláudio

- A importância de possuir modelos de documentos padrão prontos
- Diferença entre alguns documentos
- Modelo de contrato de honorários para advogados
- Modelo de contrato de prestação de serviço para técnicos
- Modelos de layouts de petições jurídicas
- Procuração judicial e administrativa

2024
AGOSTO

Onde se hospedar?

SEU GUIA DE HOTÉIS



Majestic Palace Hotel

Av. Jorn. Rubéns de Arruda Ramos, 2746 - Centro, Florianópolis - SC, 88015-702

Código Promocional: **DIREITO2024**

Reservar agora



Novotel Florianópolis

Av. Jorn. Rubéns de Arruda Ramos, 2034 - Centro, Florianópolis - SC, 88015-701

Código Promocional: mandar mensagem direto para email novotel.florianopolis@accor.com (10% de desconto)

Reservar agora



Blue Tree Premium Florianópolis

R. Bocaiúva, 2304 - Centro, Florianópolis - SC, 88015-530

Código Promocional: **DIREITO24 (2 e 3 de Agosto)**

Reservar agora

2024
AGOSTO



Bewiki Floripa Centro

*R. Hermann Blumenau, 110 - Centro, Florianópolis - SC,
88020-020*

Código Promocional: **bewikidae2024**

[Reservar agora](#)



Faial Prime Suites

*R. Felipe Schmidt, 603 - Centro, Florianópolis - SC,
88010-001*

Código Promocional: **DIREITO2024 (entre 1 e 5 de Agosto)**

[Reservar agora](#)



Hotel Valerim Florianópolis

*R. Felipe Schmidt, 705 - Centro, Florianópolis - SC,
88010-001*

Código Promocional: **DIREITO2024 (entre 1 e 5 de Agosto)**

[Reservar agora](#)

2024
AGOSTO



Hotel Slaviero Baía Norte Florianópolis

Av. Beira Mar Norte, 220 - Centro, Florianópolis - SC, 88015-600

Código Promocional: **DIREITO24 (entre 1 e 4 de Agosto)**

[Reservar agora](#)



LK Design Hotel - Florianópolis

R. Bocaiúva, 1755 - Centro, Florianópolis - SC, 88015-530

Desconto de 10% válido para reservas 2 a 5 de Agosto de 2024

[Reservar agora](#)



K-Platz Hotel - São José / SC

Av. Cruz e Souza, 25 - Campinas, São José - SC, 88101-040

Desconto de 10% válido para reservas 2 a 5 de Agosto de 2024

[Reservar agora](#)

2024
AGOSTO



IL Campanario Villaggio Resort

Av. dos Búzios, 1760 - Jurerê Internacional, Florianópolis - SC, 88053-301

Código Promocional: **DIREITO2024** (entre 1 a 5 de Agosto)

Reservar agora



Jurerê Beach Village

Alameda César Nascimento, 646 - Jurerê, Florianópolis - SC, 88053-500

Código Promocional: **DIREITO2024** (entre 1 a 5 de Agosto)

Reservar agora



Intercity Florianópolis

Av. Paulo Fontes, 1210 - Centro, Florianópolis - SC, 88010-230

Código Promocional: **DIREITO2024**

Reservar agora



+172 participantes no DAE 2023

Este é seu ingresso para **liderar na advocacia ambiental, abrindo caminho para oportunidades únicas e moldando seu futuro profissional.**

Garantir meu ingresso 

REALIZAÇÃO

ADV Ambiental – Tecnologia, Consultoria e Serviços LTDA

CNPJ 48.851.884/0001-14

Av. Eng. Max de Souza, 906 – 6º andar – Coqueiros, Florianópolis – SC

(48) 3211-8489 | contato@advambiental.com.br

Todos os direitos reservados © 2024